

País cumpre metas apesar da sucessão

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que deve ser aprovado na próxima terça-feira em Washington, será cumprido até o final de 1985 independentemente do processo brasileiro de sucessão presidencial no próximo ano: a garantia é do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao rebater ontem a versão surgida dentro da equipe ministerial, dando conta de que o acordo Brasil/FMI seria **provisório**, para resolver um impasse momentâneo nas contas externas.

"Ninguém pensou em fazer um acordo para não ser cumprido integralmente, e o programa de crédito ampliado que o Fundo aprovará na próxima semana tem prazo de três anos" — explicou o Ministro, antes de embarcar para o Rio, onde hoje reúne-se com representantes do mercado de capitais e, depois, viaja para a França, para renegociar a dívida brasileira com os Governos que integram o chamado Clube de Paris.

O Ministro rebateu as críticas de que o FMI e os banqueiros não consideram o Brasil atual um País politicamente estável, e, portanto, também eles estariam cientes de que seria provisório o programa de ajustamento da economia. "Não posso falar pelo Fundo e pelos banqueiros, mas o que tenho sentido constantemente é que a imagem do Brasil no exterior é a de um País com estabilidade política demonstrada

ARQUIVO/CB



Galvêas

por suas instituições em funcionamento, o que não autoriza este tipo de versão" — acrescentou.

ESTABILIDADE

"Temos uma ordem constitucional, fizemos no ano passado as maiores eleições do mundo e os três Poderes funcionam plenamente no País" — argumentou, lembrando que esta situação é levada em conta pelos credores externos, no momento em que se acerta um acordo para estabilizar também a economia, através da redução do déficit em transações correntes no balanço de pagamentos e, internamente, por intermédio de políticas destinadas a baixar a inflação para cerca de 90% em 1984, que será o segundo ano do acordo com o FMI.

Galvêas não aceitou a compa-

ração com o caso argentino, onde os credores estrangeiros e o próprio Fundo Monetário praticamente suspenderam as negociações alguns meses antes das eleições — que indicaram Raul Alfonsín como o novo presidente daquela República — à espera de uma definição política, inclusive para saber com quem tratar. "Não é o nosso caso, onde o acordo com o Fundo já foi feito desde o princípio independentemente do processo político da sucessão presidencial" — disse o Ministro.

O principal argumento de alguns técnicos do próprio Governo e de economistas da Oposição que criticam o acordo é que o próximo presidente da República não terá outra saída senão substituir o programa de ajustamento combinado com o FMI por um plano de reconstrução econômica, trocando as medidas recessivas baseadas em drásticos cortes no déficit público e contenção salarial por um programa de reativação do crescimento.

Galvêas não concorda, naturalmente, com a afirmação de que o programa de ajustamento combinado com o FMI seja recessivo. "Pelo contrário; estamos fazendo todo este esforço não para provocar recessão, mas sim para que a redução na taxa de inflação venha a permitir a retomada do crescimento econômico com estabilidade." Ele acha que a inflação já começou a ceder este mês e, na medida em que baixar a taxa daqui em diante, "muda o estado de espírito dos empresários, que voltarão a investir".